



GRUPO SILVIO SANTOS

# liderança

capitalização s/a

 CNPJ nº 60.853.264/0001-10  
 Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo


L12

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

pelas provisões técnicas, estão devidamente garantidos por aplicações financeiras, conforme quadro demonstrativo a seguir, em milhares de Reais:

	2021	2020
<b>1 - Provisões técnicas</b> .....	<b>581.068</b>	<b>617.866</b>
2 - Aplicações financeiras vinculadas à cobertura de reservas.....	596.224	628.389
3 - Excesso de cobertura (2-1).....	15.156	10.523
4 - Aplicações financeiras livres.....	4.174	5.012
<b>5 - Aplicações financeiras totais (2+4)</b> .....	<b>600.398</b>	<b>633.401</b>

**DISTRIBUIÇÃO DE LUCROS E DIVIDENDOS:** De acordo com o estatuto social, é assegurado aos acionistas, dividendo mínimo de 5% do lucro líquido apurado, após a dedução do prejuízo acumulado, se houver. O saldo dos lucros ficará à disposição da Assembleia Geral, para posterior destinação, respeitadas as normas legais aplicáveis. **PERSPECTIVAS E PLANOS DA ADMINISTRAÇÃO:** Mesmo com uma eventual queda na economia, motivada pelo aumento significativo nos casos de Covid-19, as perspectivas são positivas. O braço digital da Tele Sena tem evoluído por meio do esforço conjunto de todas as áreas da Empresa. Para o primeiro trimestre de 2022, será lançado o novo aplicativo da Tele Sena, que foi aperfeiçoado em relação à versão anterior. Novas funcionalidades foram criadas, além de uma usabilidade mais adequada às exigências dos consumidores, inclusive com a disponibilização de download para a plataforma IOS. Concomitantemente será lançado o novo site da Tele Sena, totalmente repaginado, moderno, proporcionando uma melhor experiência junto ao consumidor. Essas ações digitais visam, sobretudo, uma aproximação com os nossos clientes, maior engajamento e acesso à Tele Sena digital. Cada vez mais procuramos facilitar a vida dos clientes fiéis, bem como, na conquista de novos consumidores, especialmente o público jovem, que tem sido impactado estrategicamente por meio das redes sociais e, agora, com o app e site remodelados. Outra decisão relevante, tomada ainda em 2021, e que está sendo intensificada para o exercício de 2022 é a modernização da mecânica da premiação instantânea. Para tornar o "Ganhe Já" mais interativo e emocionante para o cliente, a Empresa promoveu a utilização de um formato semelhante ao praticado nas raspadinhas dos EUA, no qual o usuário raspa a película e, se achar três imagens iguais, ganha o prêmio correspondente. Na busca por tornar a Tele Sena ainda mais atraente para o cliente foram realizadas pesquisas de mercado que nos ajudaram a conhecer melhor as características de consumo do produto, o que permitiu aperfeiçoar ainda mais a Tele Sena. Intensificamos a criação de novas promoções regionais, que foram citadas em diversas ocasiões na pesquisa, apontando claramente que seria uma estratégia a ser desenvolvida com frequência. Trabalhamos intensamente na expansão de novos pontos de vendas em todo o país. A intenção é concluir

uma pesquisa em nível nacional para detectar locais estratégicos para a abertura imediata de novos pontos. Já existem algumas regiões que estão sendo exploradas, inclusive com a intenção de divulgação em novos formatos de comunicação. Planejamos explorar regiões estratégicas e, contamos com um time empilhado em detectar locais potenciais para tornar o produto ainda mais acessível. Locais de grande circulação diária, que sejam pertinentes ao nosso público preferencial, comércios com grande apelo popular e que hoje disponibilizam uma estrutura adequada para atender tanto a demanda de POS (Tele Sena digital), quanto vendas físicas. Contudo, existe um esforço conjunto, tanto de viabilidade para aumentar a capilaridade de pontos próximos ao grande público, quanto um trabalho planejado de marketing e comunicação para agilizar o impacto da publicidade e a conversão em vendas. Estamos promovendo uma revisão em todos os planos de mídia, buscando novas possibilidades, sobretudo na pesquisa de novos formatos e uma melhor adequação das verbas, com uma comunicação mais segmentada e cada vez mais próxima a consumidores potenciais, como por exemplo, em bairros atastados onde existe um nicho de clientes que ainda são pouco explorados. Outro alicerce do planejamento estratégico da Empresa está na criação de novos modelos de negócios para aumentar a participação da marca no mercado e, consequentemente, criar alternativas de extensão de linha. Além disso, novos produtos e parcerias estão sendo exaustivamente alinhadas entre as áreas, com o intuito de acelerar e viabilizar projetos que foram iniciados no segundo semestre de 2021. Estamos focando, ainda para o primeiro semestre de 2022, aumentar as parcerias com startups de grande relevância e participação no mercado nacional e, principalmente, concretizar um dos maiores objetivos, que é colocar no mercado mais produtos que gerem receita e elevem ainda mais a exposição da marca Liderança Capitalização no segmento. A Empresa demonstra total aderência às novas tecnologias que o mercado exige. Cada vez mais a sinergia entre a Administração e as demais áreas da Empresa se mostram eficazes nos principais objetivos, fortalecer a marca para deixá-la ainda mais presente na mente dos clientes e novos consumidores potenciais, promover constantemente melhorias no produto, sobretudo nas premiações para torná-lo mais atraente, além de buscar equiparar as vendas em sua plataforma digital, com as vendas físicas, que naturalmente ainda são o carro chefe da Tele Sena. **AGRADECIMENTOS:** Registramos nossos agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso da Empresa, com destaque para nossos clientes, operadores logísticos, fornecedores, prestadores de serviços, demais empresas do Grupo Silvio Santos e principalmente aos nossos funcionários, os quais tem demonstrado, nos momentos de grandes dificuldades, total dedicação à Empresa.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

A Administração

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
<b>Ativo</b>		<b>686.423</b>	<b>733.003</b>
<b>Circulante</b> .....		<b>2.280</b>	<b>2.445</b>
Disponível.....	4	2.280	2.445
Caixa e bancos.....		4	1.215
Equivalente de caixa.....	4	1.215	1.413
<b>Aplicações</b> .....	<b>5</b>	<b>600.398</b>	<b>633.401</b>
<b>Créditos das operações de capitalização</b> .....	<b>6</b>	<b>80.644</b>	<b>91.356</b>
Créditos das operações de capitalização.....		80.644	91.356
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....	<b>7</b>	<b>869</b>	<b>1.215</b>
Títulos e créditos a receber.....		7	240
Créditos tributários e previdenciários.....	8	—	12
Outros créditos.....	9	629	543
<b>Outros valores e bens</b> .....	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>328</b>
Bens à venda.....		—	320
Outros valores.....		4	8
<b>Despesas antecipadas</b> .....	<b>10</b>	<b>1.013</b>	<b>111</b>
<b>Ativo não circulante</b> .....	<b>132.296</b>	<b>135.080</b>	
<b>Realizável a longo prazo</b> .....	<b>50.912</b>	<b>54.086</b>	
<b>Títulos e créditos a receber</b> .....	<b>50.912</b>	<b>54.086</b>	
Créditos tributários e previdenciários.....	8	37.945	31.107
Depósitos judiciais e fiscais.....	16	12.967	22.979
<b>Investimentos</b> .....	<b>11</b>	<b>72.048</b>	<b>71.803</b>
Participações societárias.....		3.246	3.246
Imóveis destinados à renda.....		68.802	68.557
<b>Imobilizado</b> .....	<b>12</b>	<b>6.939</b>	<b>7.243</b>
Imóveis de uso próprio.....		5.553	5.798
Bens móveis.....		1.300	1.357
Outras imobilizações.....		96	88
<b>Intangíveis</b> .....	<b>12</b>	<b>2.397</b>	<b>1.948</b>
Outros intangíveis.....		2.397	1.948
		<b>818.719</b>	<b>868.083</b>

	Nota	2021	2020
<b>Passivo</b>		<b>614.930</b>	<b>655.322</b>
<b>Circulante</b> .....		<b>22.258</b>	<b>25.639</b>
Contas a pagar.....		13	15.192
Obrigações a pagar.....		2.662	2.250
Impostos e encargos sociais a recolher.....		2.850	2.967
Encargos trabalhistas.....		789	1.420
Impostos e contribuições.....		765	3.408
Outras contas a pagar.....		11.222	11.432
<b>Débitos de operações com capitalização</b> .....	<b>14</b>	<b>11.222</b>	<b>11.432</b>
Débitos operacionais.....		11.222	11.432
<b>Depósitos de terceiros</b> .....	<b>15</b>	<b>581.068</b>	<b>617.866</b>
<b>Provisões técnicas - Capitalização</b> .....	<b>527.653</b>	<b>563.787</b>	
Provisão para resgates.....		37.648	38.017
Provisão para sorteio.....		15.767	16.002
Provisão administrativa.....		10.021	9.909
<b>Passivo não circulante</b> .....	<b>10.021</b>	<b>9.909</b>	
<b>Outros débitos</b> .....	<b>16</b>	<b>10.021</b>	<b>9.909</b>
Provisões judiciais.....		16	10.021
<b>Patrimônio líquido</b> .....	<b>17</b>	<b>193.768</b>	<b>202.852</b>
Capital social.....		181.270	181.270
Reservas de capital.....		557	557
Reservas de lucros.....		13.557	20.100
Ajustes com títulos e valores mobiliários.....		(1.616)	925
		<b>818.719</b>	<b>868.083</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de Reais)

	Capital social		Reservas		Ajustes com títulos e valores mobiliários (938)	(Prejuízos) acumulados	Total
	De capital	Legal	De lucros a realizar				
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b> .....	<b>175.763</b>	<b>557</b>	<b>21.779</b>	<b>8.986</b>	—	—	<b>206.147</b>
<b>Aumento de capital</b> .....	<b>5.507</b>	—	—	—	—	—	<b>5.507</b>
AGO/E 16/03/2020							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 475, de 10 de agosto de 2020							
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	—	—	—	—	1.863	—	<b>1.863</b>
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b> .....	—	—	—	—	(10.665)	(10.665)	<b>(10.665)</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b> .....	—	—	(1.679)	(8.986)	—	10.665	—
Reserva legal.....	—	—	(1.679)	—	—	1.679	—
Reserva de lucros a realizar.....	—	—	—	(8.986)	—	8.986	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b> .....	<b>181.270</b>	<b>557</b>	<b>20.100</b>	—	<b>925</b>	—	<b>202.852</b>
<b>Títulos e valores mobiliários</b> .....	—	—	—	—	(2.541)	(2.541)	<b>(2.541)</b>
<b>(Prejuízo) líquido do exercício</b> .....	—	—	—	—	(6.543)	(6.543)	<b>(6.543)</b>
<b>Proposta para distribuição do resultado:</b> .....	—	—	(6.543)	—	—	6.543	—
Reserva legal.....	—	—	(6.543)	—	—	6.543	—
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b> .....	<b>181.270</b>	<b>557</b>	<b>13.557</b>	—	<b>(1.616)</b>	—	<b>193.768</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL:** A Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e situada na Rua Jaceguai nº 400, São Paulo - SP, opera na colocação de títulos de capitalização denominados "Tele Sena". Para a colocação desses títulos é utilizada uma rede de operadores logísticos em todo o Brasil, que também atuam como postos para o resgate dos títulos. Os títulos são estruturados em séries, com prazo de vigência de 12 meses, na modalidade Popular e forma de custeio do tipo Pagamento Único (PU) com capitalização de 50%. A Empresa também opera no segmento de Planos de Incentivo. Os títulos são emitidos de acordo com as normas da Resolução CNSP nº 384 de 9 de junho de 2020 e alterações posteriores, e segundo as condições gerais e notas técnicas atuariais. Esses títulos têm prazo de prescrição de até cinco anos, conforme previsto no Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002). A Empresa foi constituída sob a natureza jurídica de Sociedade Anônima de capital fechado, tendo seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo. O controlador em última instância é o Sr. Senhor Abravanel.

## Composição acionária:

	Silvio Santos Participações S.A.	Liderança Capitalização S.A.
<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de ações</b>	<b>Quantidade de ações</b>
Silvio Santos Participações S.A.	204.824	99,9995%
Senhor Abravanel.....	5.497.496.213	98,1804%
Henrique Abravanel.....	101.887.137	1,8196%
<b>Total</b> .....	<b>5.599.383.350</b>	<b>100,00%</b>

**2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela SUSEP. Na elaboração das presentes demonstrações contábeis, foi observado os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. A autorização para a conclusão das demonstrações contábeis pela Diretoria foi realizada em 24 de fevereiro de 2022.

**a. Base para mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com o custo histórico, com exceção dos seguintes itens contemplados nos balanços patrimoniais: • **Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** • Ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo; • Outros valores e bens mensurados ao valor de custo. **b. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Empresa. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo. **c. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis, a Administração utilizou de julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As notas explicativas listadas abaixo incluem: (i) as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) as informações sobre as incertezas sobre premissas e estimativas que possam um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo período contábil. • Nota 5 - Aplicações financeiras; • Nota 6 - Créditos das operações de capitalização; • Nota 8 - Créditos tributários; • Nota 15 - Provisões técnicas; • Nota 16 - Provisões judiciais.

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: a. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em caixa, depósitos bancários à vista em moeda nacional e outros ativos financeiros sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **b. Apuração de resultado:** As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência. As receitas líquidas com títulos de capitalização, assim como os respectivos custos de comercialização e provisões técnicas, conforme Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, são integralmente registradas no mês de emissão dos títulos com base em estimativa que consideram parâmetros históricos para cada campanha de venda. Após o término das campanhas são efetuados os ajustes e consequentemente refletidas as vendas e despesas efetivas. **c. Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: valor justo por meio do resultado; disponíveis para venda; mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. • **Valor justo por meio de resultado** - Uma aplicação é classificada pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado e a Empresa gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. • **Disponíveis para venda** - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos e não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Esses ativos financeiros são registrados pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. • **Mantidos até o vencimento** - Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são registrados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. • **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem os "Créditos das operações com capitalização", decrescidos de qualquer perda no valor recuperável. **Redução ao valor recuperável (Ativo financeiro):** Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir ou não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. A redução ao valor recuperável nos ativos financeiros disponíveis para venda é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado quando da efetiva venda dos ativos. **Valor justo:** Os títulos classificados como "valor justo por meio do resultado" e "disponíveis para venda" são mensurados ao seu valor justo (mercado). As operações compromissadas são registradas pelo valor efetivamente investido e atualizadas diariamente pelo rendimento auferido com base na taxa de remuneração, e por se tratar de operações de curto prazo, o custo atualizado está próximo ao valor de mercado. As quotas de fundos de investimento são valorizadas pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos na data de encerramento do balanço. Os ativos dos fundos de investimento são ajustados ao valor justo, em consonância com a regulamentação específica aplicável a essas entidades. **d. Créditos das operações de capitalização:** Registramos o valor dos títulos de capitalização a receber, em poder dos operadores logísticos durante o seu período de comercialização. No que se refere à redução ao valor recuperável de créditos com títulos de capitalização, a provisão é apurada considerando o critério definido na Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, que consiste no provisionamento de títulos vencidos acima de 60 dias, bem como para títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários. **e. Despesas antecipadas:** Compreende, principalmente, custos e despesas incorridos e necessários à colocação de títulos relativos às campanhas futuras, cuja comercialização ainda não se iniciou até a data de fechamento do balanço. **f. Outros valores e bens:** Demonstrados ao valor de custo acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, até a data de balanço, em base pro rata dia. **g. Investimentos: Investimentos em coligadas:** Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em receitas e despesas com ajustes de investimentos em controladas e coligadas. **Imóveis destinados à renda:** Correspondem substancialmente ao imóvel recebido da Silvio Santos Participações S.A., em dação em pagamento parcial de dívida, no montante de R\$ 68.030 mensurado pelo seu valor de custo.

A descrição da operação e características detalhadas do imóvel constam na Nota Explicativa nº 11. **h. Imobilizado:** Mensurado ao custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item. Reparos e manutenções são contabilizados em contrapartida ao resultado do período, quando incorridos. O imobilizado é depreciado usando o método linear conforme se segue:

Bens móveis..... 5 a 10 anos  
Outras imobilizações..... 25 anos  
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, no final de cada exercício. Imóveis de uso próprio compreende, principalmente, o edifício sede da Empresa. O valor justo dos imóveis, apurado com base em avaliação realizada por empresa especializada, encontra-se superior ao valor contábil e, como consequência e, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado foi cessado o registro da depreciação. **i. Passivo circulante e não circulante:** Mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. Obrigações a pagar decorrem do curso normal das atividades da Empresa, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário é registrado no passivo não circulante. **j. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (no exercício) para imposto de renda e 15% até junho de 2021 e 25% de julho de 2021 a dezembro de 2021 sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Empresa optou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, pelo regime de tributação pelo lucro real anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esquivado sobre o lucro ou prejuízo tributável, às taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos períodos anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertam, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações contábeis. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data-base das demonstrações contábeis e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial caso haja um direito legal de compensar, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. **k. Provisões Judiciais:** As contingências ativas e provisões judiciais são avaliadas pela Administração em conjunto com as assessorias jurídicas interna e externa. As contingências ativas somente são reconhecidas quando a sua realização é considerada líquida e certa, já as provisões judiciais são registradas quando a probabilidade de desembolso de caixa é avaliada como sendo provável e se possam mensurar com razoável segurança. **l. Provisões técnicas:** São constituídas de acordo com as normas e instruções do CNSP e da SUSEP, a seguir descritas: • **Provisão matemática para capitalização (PMC)** - Refere-se aos compromissos decorrentes de pagamento único, representado, em conformidade com as condições gerais dos respectivos títulos, por 50% do valor de aquisição de títulos de capitalização "Tele Sena", e, de percentuais variáveis para os Planos de Incentivo, de acordo com suas respectivas condições gerais, atualizados pela Taxa de Remuneração Básica aplicada às cadernetas de poupança (TR), acrescida de juros equivalente a 0,16% ao mês, com prazo de vencimento de um ano. • **Provisão para sorteios a realizar (PSR)** - Refere-se à provisão para prêmios de sorteios a realizar, discriminados nos

## 5. APLICAÇÕES:

	Custo atualizado	Sem vencimento	1 a 90 dias	91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Ajuste a valor de mercado	Valor contábil	% da carteira
<b>I - Valor justo por meio do resultado</b> .....	<b>54.954</b>	<b>54.954</b>	—	—	—	—	<b>54.954</b>	<b>9,15%</b>
<b>Fundos de renda fixa abertos</b> .....	<b>54.954</b>	<b>54.954</b>	—	—	—	—	<b>54.954</b>	<b>60,216</b>
<b>II - Disponíveis para venda</b> .....	<b>548.479</b>	<b>(96)</b>	<b>175.571</b>	<b>1.061</b>	<b>371.847</b>	<b>(2.939)</b>	<b>545.444</b>	<b>90,85%</b>
<b>Fundos exclusivos de títulos públicos</b> .....	<b>548.479</b>	<b>(96)</b>	<b>175.571</b>	<b>1.061</b>	<b>371.847</b>	<b>(2.939)</b>	<b>545.444</b>	<b>573,185</b>
LFT - Letras financeiras do tesouro.....	349.351	—	1.123	—	348.228	(1.627)	347.724	99,509
LTN - Letras do tesouro nacional.....	235.119	—	1.500	—	233.619	(1.314)	232.305	111,81
NTN - Notas do tesouro nacional.....	1.061	—	—	1.061	—	2	1.063	13,875
Operações compromissadas (*).....	172.948	—	172.948	—	—	—	172.948	448,699
Caixa e despesas dos fundos exclusivos.....	—	—	(96)	—	—	—	(96)	(79)
<b>Total</b> .....	<b>603.433</b>	<b>(96)</b>	<b>175.571</b>	<b>1.061</b>	<b>371.847</b>	<b>(2.939)</b>	<b>600.398</b>	<b>100,00%</b>

(\*) As operações compromissadas são lastreadas por títulos públicos, as quais estão custodiadas por meio de instituições financeiras.

Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento.

## Alocação por Administrador/Instituição Financeira



LIDERANÇA

LIDERANÇA  
capitalização s/aCNPJ nº 60.853.264/0001-10  
Rua Jaceguai nº 400 - Bela Vista - São Paulo

## continuação

**Aplicações financeiras - Cobertura de reservas:** As aplicações financeiras e os ativos utilizados para cobertura das reservas técnicas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão representados pelo quadro abaixo:

	2021	2020
<b>Ativos garantidores vinculados à cobertura de reservas</b>		
Quotas de fundos de investimentos	596.224	628.389
<b>Total vinculado</b>	<b>596.224</b>	<b>628.389</b>
<b>Aplicações financeiras livres</b>		
Quotas de fundos de investimentos	4.174	5.012
<b>Total de aplicações livres</b>	<b>4.174</b>	<b>5.012</b>
<b>Total</b>	<b>600.398</b>	<b>633.401</b>
Provisões técnicas (Nota 15)	581.068	617.866
<b>Aplicações financeiras - Recursos livres</b>	<b>19.330</b>	<b>15.535</b>
Excesso de cobertura	15.156	10.523
Aplicações financeiras livres	4.174	5.012

**6. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO:****a. CRÉDITOS A RECEBER DE OPERADORES LOGÍSTICOS POR VENCIMENTO:**

	2021	2020
<b>A vencer</b>	82.572	81.119
<b>Vencidos</b>	142	4.941
(-) Provisão para perdas (*)	(2.837)	(1.669)
<b>Total</b>	<b>79.877</b>	<b>84.391</b>

**Valores em trânsito**

Tele Senas em trânsito	445	6.774
Prêmios - pagamentos em trânsito	303	128
Resgates a confirmar	19	63
<b>Total</b>	<b>767</b>	<b>6.965</b>
<b>Total</b>	<b>80.644</b>	<b>91.356</b>

(\*) A Empresa constituiu provisão para perdas com base na expectativa de títulos a serem cancelados, tomando-se por base estudo retrospectivo e prospectivo, por campanha, líquido dos custos de carregamentos e efeitos tributários.

**6. Movimentação da conta de títulos de capitalização a receber:**

	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>91.356</b>	<b>91.505</b>
Arrecadação com títulos de capitalização	290.872	329.962
Brindes e furtos	(103)	(105)
Eventos diversos	401	3.068
Recebimentos	(299.045)	(331.305)
Provisão para perdas	(2.837)	(1.669)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>80.644</b>	<b>91.356</b>

**7. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER:**

	2021	2020
Créditos de capitalização a receber	7.023	7.032
Provisão para riscos de créditos a receber (*)	(7.017)	(7.017)
Aluguéis a receber	234	645
<b>Total</b>	<b>240</b>	<b>660</b>

(\*) Refere-se a valores não repassados à Empresa por operadores logísticos os quais estão sendo cobrados judicialmente.

**8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:** Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados para apresentação no balanço patrimonial, conforme descrito na Nota explicativa nº 3-j. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	2021	2020
<b>Circulante:</b>		
Outros	-	12
<b>Não circulante:</b>		
Créditos tributários sobre diferenças temporárias (a)		
Imposto de renda	3.214	2.477
Contribuição social	1.928	1.486
<b>Total</b>	<b>5.142</b>	<b>3.963</b>
Créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social (b)		
Imposto de renda	19.674	17.351
Contribuição social	11.805	10.410
<b>Total</b>	<b>31.479</b>	<b>27.761</b>
Imposto de renda e contribuição social sobre receitas diferidas		
Imposto de renda	736	(386)
Contribuição social	588	(231)
<b>Total</b>	<b>1.324</b>	<b>(617)</b>
<b>Total</b>	<b>37.945</b>	<b>31.107</b>

**a. Créditos tributários sobre diferenças temporárias:** Os créditos tributários sobre diferenças temporárias decorrem, substancialmente, das provisões judiciais (Nota 16). O prazo de realização dos créditos oriundos de provisões judiciais está condicionado ao desfecho das ações em andamento.

	2021	2020
<b>Diferenças temporárias</b>		
PIS/COFINS	8.974	2.245
Processos cíveis	789	197
Processos trabalhistas	191	48
Contingência IPTU	67	17
Provisão para perdas - Crédito das operações de capitalização	2.837	709
Marcação a mercado - Títulos disponíveis para venda	2.938	734
<b>Total</b>	<b>15.796</b>	<b>3.950</b>

A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de diferenças temporárias está representada, conforme quadro a seguir:

	2021	2020
<b>Base dos créditos tributários</b>		
2022	3.922	981
2023	1.214	303
2024	399	100
2025	8.279	2.070
2026	774	194
2027	475	119
2030	733	183
<b>Total</b>	<b>15.796</b>	<b>3.950</b>

**b. créditos tributários de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social:** A Empresa possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, no montante de R\$ 78.697 (R\$ 69.401 em 31 de dezembro de 2020) e constituiu crédito tributário no valor de R\$ 31.479 (R\$ 27.761 em 31 de dezembro de 2020).

	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>69.401</b>	<b>17.351</b>
Prejuízo fiscal exercício	9.296	2.323
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>78.697</b>	<b>19.674</b>

**15. PROVISÕES TÉCNICAS:** As movimentações das provisões técnicas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foram:

	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>186.365</b>	<b>377.422</b>
Constituições	387.160	49.934
Cancelamentos	(241.741)	(26.721)
Atualização monetária e juros	2.778	34
Pagamentos de resgates e sorteios	(9)	(129.847)
Prescrições	(54.831)	(68)
Reversões	-	72
Transferências	(164.161)	(164.161)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>170.392</b>	<b>357.261</b>

**16. PROVISÕES JUDICIAIS:** As provisões judiciais são constituídas para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos referidos processos. A avaliação quanto à probabilidade de perda das ações é realizada pelos advogados que patrocinam as causas, levando em conta seu histórico de resultados, bem como as alterações das jurisprudências aplicáveis.

	2021	2020
<b>Saldo no início do exercício</b>	<b>8.892</b>	<b>170</b>
PIS/COFINS (a)	67	823
Contribuição social (b)	-	-
Trabalhista (c)	170	209
Cíveis (d)	823	209
Processos administrativos (e)	-	-
Outros	24	41
<b>Total</b>	<b>9.909</b>	<b>317</b>

**Classificação de risco das ações judiciais:**

	2021	2020
<b>Contingências</b>		
PIS/COFINS (a)	8.974	1.698
Trabalhista (c)	191	27.107
Cíveis (d)	789	3.491
Processos administrativos (e)	-	16.564
Outros	67	1.821
<b>Total</b>	<b>10.021</b>	<b>50.681</b>

**a. PIS/COFINS:** A Empresa ingressou com Ação Ordinária com pedido de tutela antecipada, processo nº 98.0040015-0 (nº nos 0040015-93.1998.4.03.6100), com a finalidade de poder recolher as contribuições ao PIS - Programa de Integração Social com base nas Emendas Constitucionais nº 1/94 e nº 17/97, ou seja, com a alíquota de 0,75% incidente sobre a receita bruta operacional (faturamento), se ocorrer, atestando a incidência do disposto na Medida Provisória nº 517/94 e suas redações. O feito encontra-se sobrestado desde 28 de junho de 2012, em face de rejeição geral, reconhecida pelo Ministro Luiz Fux, em 6 de fevereiro de 2012, no Recurso Extraordinário nº 609.096 e, deverá aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal. Em face dessa circunstância e, tendo em vista que a tese continua favorável ao contribuinte, os assessores jurídicos classificam o risco como possível. A Empresa constituiu provisão no montante de R\$ 8.974 (R\$ 8.892 em 31 de dezembro 2020).

**b. Contribuição social:** A Empresa discute a majoração da alíquota da contribuição social (Lei 11.727/2008). O processo tramita na 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 15% permanência provisionada sob o conceito de obrigação legal. Com a promulgação da Lei nº 13.169/2015, a Empresa passou a discutir a majoração da alíquota da contribuição social para 20%. O mandato de segurança tramita na 5ª Vara Cível da Subseção Judiciária de São Paulo/Capital sob nº 0017324-89.2015.403.6100, com probabilidade "possível", e a diferença entre a alíquota de 9% para 20%, ou seja, 11% permanência provisionados sob o conceito de obrigação legal. Todavia, em revisão do procedimento, constatou-se que a tese em questão não tem conexão legal, portanto o Egrégio Tribunal Regional Federal da 3ª Região e que também não foi acolhida pelos Tribunais Superiores, o que levou a Empresa a desistir do pleito, tanto em primeira, quanto em segunda instância, na data de 31 de agosto de 2017 (protocolo de 04 de setembro de 2017). Os valores depositados serão levantados pela Empresa, mediante compensação a ser requerida administrativamente. **c. Trabalhista:** Refere-se a reclamações trabalhistas movidas por ex-empregados que pretendem receber verbas oriundas do extinto contrato de trabalho. Os processos trabalhistas encontram-se provisionados na rubrica "Provisões judiciais" classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **d. Cíveis:** A Empresa possui registros de processos judiciais cíveis que se encontram em diversas instâncias, originadas, principalmente, por questionamentos quanto à premissa. A Empresa constituiu provisão para perdas em processos cíveis classificadas com a probabilidade provável, cujos processos são avaliados pela Administração que analisa os riscos envolvidos e as perdas históricas para constituição de provisão em montante considerado adequado para cobrir futuros desembolsos. **e. Processos administrativos:** A Empresa responde por processos, em fase administrativa, conforme descritos abaixo: Processo nº 16327.90317/2017-51 (Ação anulatória nº 5017521-51.2018.4.03.6100) que discute suposta falta de recolhimento de Imposto de Renda Retido na Fonte da competência de 11/2016, encontra-se com exigibilidade suspensa, em face de depósito judicial na íntegra efetuado para garantia em juízo, com ampla possibilidade de êxito e, que foi julgada procedente, aguardando a liberação do valor depositado em juízo; - Processo nº 16327.00268/2005-01 que discute a não retenção do imposto de Renda Retido na Fonte sobre serviços prestados pela Caixa Econômica Federal e Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, com ampla possibilidade de êxito, tendo em vista que aquelas empresas declaram o tributo em sua contabilidade (sendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos imune) e a decisão favorável obtida junto ao CARF, estando o feito aguardando julgamento de recurso voluntário impetrado pela Receita Federal do Brasil; - Processo nº 10855.723463/2018-83 lavrado com o intuito de cobrar supostos débitos previdenciários decorrentes do não recolhimento de contribuição previdenciária sobre os valores pagos em razão de contrato de cessão de imagem e voz com ampla possibilidade de êxito, dado que se trata de cessão de direitos personalíssimos. Em julgamento no mês de dezembro de 2021, o CARF reconheceu a improcedência da pretensão do FISCO. Aguarda-se a

publicação do acórdão para eventual recurso da Receita Federal do Brasil - Processo nº 16327.720703/2015-08, supostas irregularidades na apuração da base de cálculo do PIS e da COFINS. Levando em consideração a jurisprudência vigente sobre a discussão, há argumentos de defesa suficientes para cancelar integralmente os autos de infração, conforme parecer dos nossos assessores jurídicos externos e internos. - Processo nº 5001615-50.2020.4.03.6100, mandado de segurança requerendo a suspensão da contribuição previdenciária patronal, da contribuição ao SAT/RAT ajustada pelo FAP e das contribuições destinadas a terceiras entidades sobre o valor integral de determinados benefícios (transporte, alimentação, assistência médica, previdência privada e seguro de vida). Pedido liminar concedido, em parte, a fim de determinar a autoridade impretada se abstenha de exigir a contribuição previdenciária cota patronal incidente sobre: a) vale-alimentação quando pago em natura; b) vale-transporte em pecúnia ou não; c) assistência médica; d) previdência privada; e) seguro de vida). A Administração de Empresa entende que tais processos não decorrem de uma obrigação legal constituída, e não constitui provisão.

**17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a. Capital social:** O capital social totalmente subscrito e integralizado está representado por 204.825 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 885,00 cada ação, totalizando o montante de R\$ 181.270. **b. Dividendos e remuneração sobre o capital próprio:** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 5% do lucro líquido anual após as deduções legais, conforme estabelecido no estatuto social. **c. Reserva de lucros:** A reserva legal é constituída ao final de cada exercício social mediante a destinação de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, e até que atinja 20% do capital social realizado, conforme Artigo nº 193 da Lei nº 6.404/76. A reserva de lucros a realizar é constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos. Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. Os acionistas, reunidos em Assembleia Geral, poderão a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

**18. DETALHAMENTO DAS CONTAS DE RESULTADO:**

**a. Variação das provisões técnicas:**

	2021	2020
Variação da provisão para despesas administrativas:		
Constituições (Nota 15)	(3.000)	(5.219)
Reversões (Nota 15)	3.295	2.806
<b>Total</b>	<b>295</b>	<b>(2.413)</b>

**b. Resultado com sorteios:**

	2021	2020
Variação da provisão para sorteios:		
Constituições (Nota 15)	(63.638)	(55.407)
Cancelamentos (Nota 15)	38.325	33.739
Reversões (Nota 15)	4.978	1.710
Despesas com títulos sorteados	(55)	(221)
<b>Total</b>	<b>(20.399)</b>	<b>(20.179)</b>

**c. Custos de aquisição:**

	2021	2020
Corretagem	(51.226)	(51.236)
Agenciamento	(18)	-
Despesas de vendas	(13.757)	(15.418)
Publicidade e propaganda	(89.073)	(98.395)
<b>Total</b>	<b>(154.073)</b>	<b>(165.049)</b>

**d. Outras receitas e despesas operacionais:**

	2021	2020
Receitas com prescrição de exigibilidades	55.575	47.568
Outras receitas com operação de capitalização	15.826	9.657
Perdas na recuperação de créditos	(16.983)	(9.085)
Furtos de Tele Senas	(70)	(58)
Outras despesas	(1.573)	(705)
<b>Total</b>	<b>52.775</b>	<b>47.377</b>

Assinado por EMPRESA FOLHA DA MANHÃ S.A-60579703000148 em 25/02/2022 09:29:16 com o número de série 61853EF56F3FC8FF.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)**

A constituição de créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, principalmente, o histórico de rentabilidade e projeções orçamentárias que apontam para a geração de lucros tributáveis suficientes para a compensação dos prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social para os próximos exercícios. A projeção de prazo para realização dos créditos tributários oriundos de prejuízo fiscal e base negativa está representada, conforme quadro a seguir:

Período	Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	Imposto de renda diferido	Contribuição social diferida	%
2021	8.148	2.037	1.222	10,36%
2022	7.531	1.883	1.130	9,57%
2023	4.537	1.134	681	5,76%
2024	5.736	1.434	860	7,29%
2025	3.131	783	470	3,98%
2026	3.422	856	513	4,35%
2027	8.113	2.028	1.217	10,31%
2028	10.370	2.592	1.556	13,18%
2029	12.956	3.239	1.943	16,46%
2030	14.753	3.688	2.213	18,74%
<b>Total</b>	<b>78.697</b>	<b>19.674</b>	<b>11.805</b>	<b>100,00%</b>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Empresa apurou prejuízo fiscal, não sendo, desta forma, possível a compensação de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social. Os valores de prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social compensados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizaram R\$ 117.028. Comparado aos valores projetados, representa 186,56% conforme apresentado abaixo:

Período	Projetado	Realizado	%
2015	12.023	14.546	120,98%
2016	15.899	7.289	45,85%
2017	14.646	47.983	327,62%
2018	11.865	41.081	346,24%
2019	3.111	6.129	197,01%
2020	3.079	-	0,00%
2021	2.106	-	0,00%
<b>Total</b>	<b>62.729</b>	<b>117.028</b>	<b>186,56%</b>

**9. OUTROS CRÉDITOS:** Referem-se, principalmente, a adiantamentos efetuados, conforme quadro demonstrativo abaixo:

	2021	2020
Adiantamentos a funcionários	275	285
Adiantamentos a fornecedores	-	2
Adiantamentos para campanhas promocionais	-	278
Outros adiantamentos	352	23
<b>Total</b>	<b>629</b>	<b>543</b>

**10. DESPESAS ANTECIPADAS:**

	2021	2020
Prestação de serviços a apropriar	8	8
Propaganda e publicidade a apropriar	920	73
Outras	85	34
<b>Total</b>	<b>1.013</b>	<b>115</b>

**11. INVESTIMENTOS:**

	2021	2020
<b>RBV Residencial Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda.</b>		
Total de ativos	41.610	-
Total de passivos	1.497	-
Capital social	43.637	-
Patrimônio líquido	40.113	-

CNPJ nº 60.853.264/0001-10  
Rua Jacegual nº 400 - Bela Vista - São Paulo

continuação

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

onde o controle da gerência é a primeira linha de defesa no gerenciamento de riscos, as diversas funções de controle de riscos e supervisão de conformidade estabelecida pela gerência são a segunda linha de defesa e a avaliação independente é a terceira. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel distinto dentro da estrutura mais ampla de governança da organização. **f. Riscos técnicos e atuariais:** A estrutura de gestão técnica e atuarial é realizada internamente com assessoria de um atuário técnico externo, que elabora o parecer atuarial e informa se as provisões técnicas estão adequadamente constituídas. A Auditoria Atuarial é realizada por uma empresa contratada, que atua se as atividades estão de acordo com as regulamentações conforme Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, a substituição dos auditores sucede segundo prazo estabelecido pela SUSEP **g. Riscos financeiros:** A política operacional de gerenciamento financeiro é definida pelo Comitê Financeiro. A Empresa utiliza-se da ferramenta específica e de serviços de consultoria econômica para avaliação de cenários. A administração dos recursos financeiros, oriundos dos investidores em títulos de capitalização, é exposta a diversos riscos cujas ações internas procuramos eliminar ou minimizar, dentro de posturas conservadoras, preservando a segurança e liquidez dos ativos, com baixa exposição a estes riscos. As aplicações financeiras são alocadas de modo a atender os requisitos acima, e enquadrados dentro das normas exigidas pelos órgãos competentes. A opção de uma custódia centralizada, aliada a processos internos de acompanhamento, garantem a mitigação do risco de desenquadramento das posições aplicadas. Estas ações garantem que as restrições das normas reguladoras do setor de capitalização sejam seguidas e monitoradas diariamente, pelo agente custodiante e por processos internos de gestão. **h. Riscos operacionais:** A Empresa constituiu e implementou um Banco de Dados de Perdas Operacionais (BDPO), que compreende o desenvolvimento de controles de identificação, captura e classificação das perdas operacionais materiais, dos eventos de recuperação e das atualizações a elas associadas, de acordo com a Circular SUSEP nº 648/21 e suas alterações, para fins de aprimoramento do modelo regulatório de capital de risco baseado no risco operacional. **i. Risco de crédito:** A Empresa dispõe sobre critérios de estabelecimento do capital de risco baseado no risco de crédito, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, onde o risco de crédito pode ocorrer na eventualidade de insolvência dos emissores de ativos financeiros e do não recebimento de valores decorrentes de emissão de títulos de capitalização. A possibilidade de perda devido à inadimplência do tomador dos recursos é minimizada evitando concentração de valores numa única instituição, bem como seguindo análises de riscos corporativos e agências de rating. Entendendo que os títulos emitidos pelo Governo Federal são considerados como risco soberano e com classificação de baixo risco de crédito, há grande concentração no portfólio da carteira, sempre considerando como parâmetro interno de mínimo 50% (cinquenta por cento) do total aplicado. **j. Risco de mercado:** No âmbito da gestão de risco de mercado, a Empresa adota modelo interno baseado no VAR - Value at Risk, amplamente aceito e difundido pelo mercado. Embora aplicado a carteiras complexas, pois leva em consideração os efeitos de alavancagem e diversificação, o que não é o caso da carteira da Empresa, entendemos ser o melhor instrumento para apuração de possíveis perdas pelas oscilações dos preços dos ativos, além de ser comparável com performances de fundos abertos do mercado financeiro. A Empresa adota dois intervalos de confiança na mensuração do VAR, um de 99% de intervalo para atender exigência do órgão regulador, e um de 95% de intervalo, o mais utilizado pelos gestores do mercado financeiro. A escolha do nível de confiança é questão de convenção, já que os intervalos VAR resultantes são de qualquer forma comparáveis entre si, considerando o número de dias de perda provável. A Empresa atua exclusivamente no segmento de renda fixa. Não atua diretamente no segmento de renda variável, moedas e índices de preços, por entender que a volatilidade destes mercados, possa afetar a liquidez e a previsibilidade dos ganhos financeiros, além de não ser referência de correção das provisões matemáticas. Esse conceito leva em conta a configuração do nosso principal produto, a Tele Sena, que tem como principal característica a capitalização por um ano, e correção pós-fixada pela TR e juros anuais. Atuação no mercado de derivativos constantes na posição, conforme demonstrado na Nota Explicativa 5 - Aplicações Financeiras, são definidos pelos gestores dos fundos exclusivos de investimento, com o objetivo de buscar rentabilidade adicional ao CDI, mantendo a diretriz principal estabelecida pela Empresa, mantendo a melhor liquidez possível de retorno versus risco. Considerando ainda que o benchmark da Empresa é o CDI - Certificado de Depósito Interbancário, e que toda a exposição do portfólio, seja direta ou indiretamente atrelada a este índice, que mesmo em cenários de stress, a carteira tenha um desempenho muito perto dos 100% esperado deste índice. O mapeamento do risco pela VAR é realizado em 4 janelas móveis de 21, 63, 126 e 252 dias úteis, medindo eventual superação do limite do VAR (back test), além de simular uma ruptura da carteira, baseada em rentabilidade do "pio" retorno dos períodos analisados. Os valores apurados como perda estimada são imateriais considerando o valor da carteira. Em rentabilidade, no pior cenário, a carteira pode rodar entre 90,31% e 93,14% em 31 de dezembro de 2021 (91,44% a 106,73% em 31 de dezembro de 2020) do CDI que consideramos um patamar mais adequado visto que a proposta é estar próximo dos 100% do índice. Em paralelo, mas com o mesmo conceito de apuração do risco da carteira, a Empresa mantém contrato de prestação de serviços com empresa especializada em avaliação de risco da carteira, com os mesmos conceitos internos de apuração, agregando ainda a performance da Empresa comparando com o mercado, além de informações relevantes na avaliação de crédito do portfólio. A Empresa implementou ações necessárias para apuração do capital de risco baseado no risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, sendo desenvolvido um manual metodológico que descreve os detalhes e as técnicas, premissas, procedimentos e critérios de materialidade adotados para estimação dos fluxos de caixa utilizados como base para o cálculo do capital de risco baseado no risco de mercado. A Empresa apurou o montante de R\$ 6.667 (R\$ 2.492 em 31 de dezembro de 2020) de capital de risco de mercado, de acordo com a Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações. **k. Risco de liquidez:** A opção de não manter nenhum título público até o vencimento, e títulos privados, preferencialmente, em até 90 dias, são as principais medidas para o gerenciamento da liquidez, muito acima da exigibilidade do prazo médio de pagamento das provisões técnicas. É compromisso da Empresa, seja qual for o cenário macroeconômico vigente, que o investidor do título tenha o seu resgate garantido, dentro dos prazos e correções estabelecidas nos títulos.

2021				2020				
Vencimentos	Liquidez Duration 0 dias	Vencimento Duration 583 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento	Liquidez Duration 0 dias	Vencimento Duration 203 dias	% Critério liquidez	% Critério vencimento
Sem vencimento.....	600.398	-	100,00%	0,00%	633.401	-	100,00%	0,00%
De 1 a 30 dias.....	-	229.306	0,00%	38,19%	-	508.836	0,00%	80,33%
De 31 a 60 dias.....	-	1.123	0,00%	0,19%	-	3.228	0,00%	0,51%
De 61 a 90 dias.....	-	1.061	0,00%	0,18%	-	1.398	0,00%	0,22%
De 91 a 180 dias.....	-	245.448	0,00%	40,88%	-	20.776	0,00%	3,28%
De 181 a 365 dias.....	-	123.460	0,00%	20,56%	-	99.163	0,00%	15,66%
De 366 a 720 dias.....	-	600.398	100,00%	100,00%	-	633.401	100,00%	100,00%
<b>Total.....</b>	<b>600.398</b>	<b>600.398</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>633.401</b>	<b>633.401</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

O duration da carteira no critério de liquidez é de 0 dias, com 100% dos recursos disponíveis em até 30 dias, refletindo o conservadorismo da Empresa visto que seu principal produto tem características de alta liquidez e com provisão matemática com duration de 583 dias (203 dias em 31 de dezembro de 2020).

2021				2020				
Liquidez da carteira	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva	Carteira	Provisão matemática	% V carteira	% V reserva
Sem vencimento.....	600.398	394.911	100,00%	67,96%	633.401	415.440	100,00%	67,23%
De 1 a 30 dias.....	-	-	0,00%	0,00%	-	20.953	0,00%	3,39%
De 31 a 60 dias.....	-	13.316	0,00%	2,29%	-	15.489	0,00%	2,51%
De 61 a 90 dias.....	-	15.689	0,00%	2,70%	-	-	0,00%	0,00%
De 91 a 180 dias.....	-	49.494	0,00%	8,52%	-	51.398	0,00%	8,32%
De 181 a 365 dias.....	-	107.658	0,00%	18,53%	-	89.705	0,00%	14,52%
De 366 a 720 dias.....	-	-	0,00%	0,00%	-	24.881	0,00%	4,03%
<b>Total.....</b>	<b>600.398</b>	<b>581.068</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>	<b>633.401</b>	<b>617.866</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

A liquidez da carteira de investimentos proporciona, com excelente margem de segurança, o pagamento integral da provisão matemática, dentro de prazos e condições estabelecidas nos títulos e seguindo a legislação em vigor. A Empresa mantém seu conservadorismo na exposição ao risco de crédito, mantendo a carteira exclusivamente em títulos públicos federais. A Administração classificou os títulos públicos na categoria de rating AAA uma vez que as melhores práticas das agências classificadoras de risco consideram risco soberano como grau de investimento em moeda local.

2021		2020		
Ativo financeiro	Valor	Rating	Valor	Rating
Renda fixa público.....	600.398	AAA	633.401	AAA
<b>Total.....</b>	<b>600.398</b>		<b>633.401</b>	

A tabela a seguir apresenta todos os ativos e passivos financeiros detidos pela Empresa classificados segundo o fluxo contratual de caixa não descontado.

	Sem vencimento		Vencidos		A vencer	
	definito	até 1 ano	até 1 ano	até 1 ano	2021	2020
<b>Ativos financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa.....	3.495	-	-	-	3.495	6.588
Aplicações (*).....	54.858	-	176.634	368.906	600.398	633.401
<b>Créditos das operações</b>						
de capitalização.....	767	142	79.735	80.644	91.356	
Títulos e créditos a receber.....	-	-	240	240	660	
Depósitos judiciais e fiscais.....	12.967	-	-	12.967	22.979	
Outros créditos.....	-	-	629	629	543	
Despesas antecipadas.....	-	-	1.013	1.013	115	
Outros valores e bens.....	4	-	-	-	4	328
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>72.091</b>	<b>142</b>	<b>258.251</b>	<b>368.906</b>	<b>699.390</b>	<b>755.970</b>
<b>Passivos financeiros</b>						
Contas a pagar.....	-	-	15.192	15.192	15.594	
Obrigações a pagar.....	-	-	2.850	2.850	2.967	
Encargos trabalhistas.....	-	-	765	765	3.408	
Outras contas a pagar.....	-	-	-	-	-	
<b>Débitos com operações</b>						
de capitalização.....	-	-	11.222	11.222	11.432	
Depósitos de terceiros.....	382	-	-	382	385	
Provisões técnicas.....	15.767	106.840	283.797	174.664	581.068	617.866
Provisões judiciais.....	10.021	-	-	10.021	9.909	
<b>Total dos passivos financeiros</b>	<b>26.170</b>	<b>106.840</b>	<b>283.797</b>	<b>204.693</b>	<b>621.500</b>	<b>661.561</b>

(\*) Os ativos estão segregados de acordo com os vencimentos contratuais mas possuem liquidez imediata para fazer face às obrigações nas respectivas datas de pagamento. **I. Risco legal:** O monitoramento do risco legal é de responsabilidade do departamento jurídico em conjunto com assessores externos, o risco legal decorre do potencial questionamento jurídico da execução dos contratos, processos judiciais ou sentenças contrárias ou adversas àquelas esperadas pela Empresa e que possam causar perdas ou perturbações significativas que afetem negativamente os processos operacionais e/ou a organização da Empresa. **m. Patrimônio líquido ajustado e exigência de capital:** Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e suas alterações, as sociedades supervisionadas deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR) e liquidez em relação ao capital de risco (CR). O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco.

## DIRETORIA

José Maria Corsi  
Diretor SuperintendenteHenrique Abravanel  
Diretor Administrativo-FinanceiroLourivaldo Tadeu de Souza Lima  
Diretor ComercialEduardo Kives Ostronoff  
Diretor de Tecnologia e Controles Internos

## ATUÁRIO

Heitor Coelho Borges Rigueira  
Atuário - Reg. MTB nº 380 - MIBA

## CONTADOR

Aginaldo de Leonardo  
CRC 1SP136994/O-0

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Liderança Capitalização S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente:** A Administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de maneira relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de maneira relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade

operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: **•** Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião; **•** A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Empresa e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis; **•** Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria; **•** A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor,

inferiores ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo; **•** Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; **•** Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa; **•** Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; **•** Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; **•** Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2022

BDO RCS Auditores Independentes SS  
CRC 2 SP 013846/O-1Ismael Nicomedio dos Santos  
Contador CRC 1 SP 263668/O-4

## PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Liderança Capitalização S.A. - São Paulo - SP. **Escopo da Auditoria Atuarial:** Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. ("Empresa"), em 31 de dezembro de 2021, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Liderança Capitalização S.A. é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e do capital mínimo requerido da Empresa e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas

registradas nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Liderança Capitalização S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da Liderança Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Empresa e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.

Joel Garcia - Atuário MIBA 1131

KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48  
CNPJ: 02.668.801/0001-55Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A.  
04711-904 - São Paulo - SP - BrasilAnexo I  
Liderança Capitalização S.A.  
(Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas		31/12/2021
<b>Total de provisões técnicas auditadas</b>		<b>581.068</b>
2. Demonstrativo do Capital Mínimo Requerido		31/12/2021
Capital Base (a)		10.800
Capital de Risco (CR) (b)		14.355
<b>Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)</b>		<b>14.355</b>
3. Demonstrativo da Solvência		31/12/2021
<b>Patrimônio Líquido Ajustado Total (a)</b>		<b>78.166</b>
Ajustes Econômicos do PLA		1.201
Exigência de Capital (CMR) (b)		14.355
<b>Suficiência/(Insuficiência) do PLA (c = a - b)</b>		<b>63.811</b>
Ativos Garantidores (d)		596.224
Total a ser Coberto (e)		581.068
<b>Suficiência/(Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)</b>		<b>15.156</b>